

Simpósio Temático **Reestruturação do Território entre as Escalas Nacional e Local**

A URBANIZAÇÃO E SUAS NOVAS CONOTAÇÕES. REBATIMENTOS SOBRE O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO

Maria de Lourdes Pinto Machado Costa.
Doutora em Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP).
Universidade Federal Fluminense
E-mail: m.lourdescosta@terra.com.br

Resumo

O amplo conceito de urbanização abriga conotações que envolvem ocupação, expansão, mobilidade, impactos, modos de vida, entre outros. No caso da urbanização brasileira, o objeto de preocupação vem se deslocando para a escala regional, em que novas aglomerações da população se revelam mais visíveis. Estas combinam permanência da configuração, crescimento e aparecimento de novas formações, sob variados arranjos de tecidos urbanos e relações sociais, enquanto produtos de manifestações políticas, econômicas, sócio-culturais, territoriais e ambientais.

A teoria sobre urbanização não tem se apresentado atualizada para responder aos fenômenos urbanos em curso, seja por causa dos efeitos advindos da mundialização econômica e cultural, pelo avanço das tecnologias e comunicações, ou devido ao sistema capitalista, com sua necessidade de reprodução do capital.

Também se tornam inoperantes os instrumentos de controle do Estado, em confronto com os produtos oferecidos pela iniciativa privada, onde a questão se materializa na crescente localização de grandes projetos regionais, de impacto sobre o território fluminense, com vultosos investimentos ocorridos durante as últimas décadas, sobretudo em áreas interurbanas (condomínios horizontais, *shopping centers*, complexos comerciais e culturais, centros de turismo e de entretenimento, além de inúmeras e diversificadas implantações de loteamentos para diferentes classes sociais), o que tem levado à reestruturação e reorganização do território.

Para a atualização dos conhecimentos sobre a urbanização, com conceitos em construção sobre dispersão urbana, autores estrangeiros e nacionais foram em busca da compreensão desses fenômenos. Algumas coletâneas de textos se destacaram, sendo publicadas sob a organização de diferentes pesquisadores, como as empreendidas por DUBOIS-TAINE (2002), RAMOS (2004) e REIS (2006 a 2009).

Este conjunto trouxe à discussão contribuições teóricas e empíricas relativas ao modo de atuar sobre os processos de mudança, no meio da diversidade de culturas e abrangência do urbano, especialmente no pós-1990, em plena crise de legitimação do Estado, na procura da melhor forma de intervir, na formulação de proposições de caráter institucional e operacional, de instrumentos técnicos adequados ao estágio da urbanização e de suas manifestações em diferentes escalas, independente de suas respectivas jurisdições, divisões administrativas, políticas.

Palavras-chave: Urbanização – Reestruturação Urbana - Território

Abstract

THE URBANIZATION AND ITS NEW CONCEPTS. EFFECTS AT THE TERRITORY RESTRUCTURING PROCESS

The large concept of urbanization means occupation, expansion, mobility, impacts, lifestyles and others. In Brazilian urbanization, the subject of concern moves to the regional level, places the mass emerge more visible, mixing permanence, growth and intensification, new population spots, by the constitution of many placements of the urban surface and social relationships, as a result of political, economics, social, cultural, territories and environments manifestations.

The urbanization theory is no longer an answer to the emerging nowadays phenomenon, considering the impact of the globalization in the economic and cultural fields, the technology changes and all of this as a product of the capitalist development.

The state resources for legal control, the instruments of urban policy are no longer enough in proportion of the advances of the free enterprise, in which the issues take shape with the fast increment of big impact regional projects concerning the State of Rio de Janeiro territory, including the big investments that took place in the last decades, specially in interurban areas (horizontal condominiums, malls, commercial and cultural complexes, tourism and entertainment areas, not to mention the many kinds of residential building leading to constant changes in the structure of the territory organization.

In the issue of knowledge about the urbanization and in the development concepts about urban dispersion, international and national authors looked for understanding of the phenomenon. Some important papers were put together in compilations published under the organization of researchers, such as DUBOIS-TAINE (2002), RAMOS (2004) and REIS (2006 a 2009).

These papers contributed for the theoretical and empiric discussions concerning the changing process in the middle of cultural difference and urban spectrum, specially after 1990, in the middle of a legitimate crises of State, aiming to mediate in the approach of operational and institutional policies, considering the diversity of urbanization situations, independent of its local limits, administrative divisions and policies.

Key-words: Urbanization - Urban structure - Territory

1. Introdução

Esta contribuição se apóia, em parte, na fundamentação teórica da pesquisa desenvolvida pela autora, em seu pós-doutorado (2009), que estudou o processo de urbanização de uma forma geral e de dispersão urbana em particular, no pós-1990, com ênfase no território do Estado do Rio de Janeiro¹.

O conceito de urbanização abriga, no sentido físico, a conotação de ocupação do solo, ao se tornar urbano ou deste urbano se tornar mais denso, e de sua extensão por áreas urbanas, de expansão urbana e rural. Há diferentes formas de urbanização e de dispersão do tecido urbano, além de diferentes formas de caracterizar este processo. No sentido social e demográfico, significa a transferência de populações destas para as primeiras, e deslocamento de contingentes do pequeno ou médio para o grande urbano, com a incorporação rápida de modos de vida nas urbes por áreas dispersas. Mudanças a partir da segunda metade do séc. XX se destacam segundo três indicadores principais: elevação dos índices de urbanização em todos os continentes; surgimento em muitos países de regiões com urbanização total, com índices próximos a 100% e revelação mais nítida da urbanização dispersa em muitos países (MONCLÚS, 1998; PORTAS, 1992 e 1998, apud REIS, 2006).

No caso da urbanização brasileira, o objeto de preocupação vem se deslocando para a escala regional, devido à abrangência dos problemas que lhe são correlatos. Em sua origem estão a sucessão de ciclos econômicos e a espacialização de fenômenos, herdados de períodos de economias sustentadas, decadentes ou insufladas de dinamismo, conforme cada caso e conjunturas locais, no curso do tempo.

Fortes disparidades podem ser constatadas através do comportamento demográfico da população do País, com cerca de 170 milhões no início do século XXI (IBGE, 2000), com sua distribuição sobre seu território ocorrendo de forma bastante irregular, refletindo os efeitos que vêm desde os tempos da colonização e do povoamento territorial, em regiões litorâneas e interioranas, mais densas ou rarefeitas, respectivamente.

Sob breve olhar em perspectiva histórica, evidenciou-se de maneira análoga o processo de urbanização no âmbito intra-regional. Entre 1940 e 2000, a relação entre

1. Ver COSTA, Maria de Lourdes P. M. Relatório Final de Atividades de Pesquisa de Pós-doutorado, realizado junto à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU/USP (2009), com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ,

população urbana e rural se alterou diferentemente para as regiões do País: a Região Sudeste assumiu sua predominância urbana em meados do século XX, a Centro-oeste e a Sul na década de 1970 e a Norte e a Nordeste nos anos 1980. O Brasil em seu conjunto sintetizou claramente esta mudança nos anos 1960 (THÉRY, 2005). A aglomeração da população, na atualidade, surge de maneira mais visível, combinando novas com antigas formas de aglomeração, de ampliação e de intensificação da ocupação, sobretudo mediante a constituição de variados arranjos de tecidos urbanos, assunto obrigatório que se tornou hoje na pauta de discussões, enquanto produtos de desdobramentos ou de novas manifestações espaciais dos fenômenos sociais, econômicos e culturais. Mesclam-se nestas mudanças novas características nas relações políticas e culturais, territoriais e ambientais.

2. Teorias e instrumentos legais em face dos fenômenos manifestados nos territórios urbanos e regionais

O processo de urbanização, em sua forma mais atual no Brasil tem sido envolvido por uma teorização que não tem dado mais conta dos fenômenos em curso, seja pelos efeitos sofridos devido ao estágio da mundialização da economia, da cultura e das relações sociais, seja motivado pelo avanço das tecnologias e das comunicações, que permitem novas formas de acesso e de articulação entre agentes, seja ainda em função dos resultados provenientes da nova organização empresarial em nível planetário, com o sistema capitalista ampliando a reprodução do capital, geralmente bastante representada pelo setor imobiliário (REIS, 2006). Com isto, a implantação de grandes empreendimentos em áreas (sobretudo) interurbanas foi se configurando sob forma de condomínios horizontais, *shopping centers*, complexos comerciais e culturais, centros de turismo e lazer, além de inúmeras e diversificadas implantações de loteamentos de baixa, média e alta renda, o que tem levado à atração de aglomerações e a novas formas de estruturação, ocupação e organização do território, formando núcleos urbanos, mas nem sempre (dependendo se de pobres ou de ricos) com a estrutura e infra-estrutura compatíveis, na construção de um novo urbano.

A questão se torna recorrente da escala local à nacional, no rastro de um processo baseado na economia de mercado, sobretudo em termos de ordenação e distribuição de investimentos sobre o território, o que vem propiciando essas novas formas de uso e de apropriação do solo.

O estudo da temática envolve este processo acumulado em relação ao fenômeno urbano, que até o último quadrante do século passado apresentava características mais detectáveis e de maior entendimento sobre os espaços. A partir de então, novas manifestações se fizeram comuns no território nacional, assumindo configurações diversificadas segundo contextos, condições locais e extra-locais.

O conceito de território se inscreve para as ciências sociais e políticas (Estado) segundo diversas perspectivas, sob visão mais totalizante ou parcial, em relação ao vínculo sociedade-natureza ou às dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais, estando historicamente circunscritos a determinados períodos ou grupos sociais, guardando um sentido claramente relacional. Dentro de nossos objetivos vale lembrar a (des-re)territorialização, que decorre da criação ou desaparecimento dos territórios, em sua redescoberta pelas ciências sociais. (HAESBAERT, 2006). Em certa medida, os significados de território e de região se aproximam.

A insuficiência de produção teórica atualizada, necessitando incremento, não tem descartado, ainda, a permanência da utilização equivocada de conceitos e de outros instrumentos de análise, para fazer face aos novos aspectos revelados pelo processo básico de urbanização, em suas manifestações mais recentes. O entendimento do fenômeno da urbanização e sua manifestação de dispersão urbana deve superar suas conotações de ocupação e construção no território, para considerar seu poder (re)estruturador do espaço (COSTA, 2010)

Senão, continuará a desembocar na inocuidade de boa parte dos instrumentos de controle do Estado, em confronto com os avanços permitidos pelas experiências expostas pela iniciativa privada, sob empreendimentos competitivos dentro da nova ordem, com graus e formatos cada vez mais evidenciados em relação ao território em geral.

A averiguação da relação Urbanização - Configuração Territorial, esta entendida conforme SANTOS (1994), como conjunto formado pelo território, mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a define, através da qual tem se evidenciado, a exemplo do caso do Estado do Rio de Janeiro, a importância crescente da localização de grandes projetos de impacto regional sobre o seu território, com vultosos investimentos ocorridos durante as últimas décadas. Resultados de pesquisa desenvolvida apontaram para: mudanças nas relações sociais, na mobilidade interurbana, no modelo de consumo anteriormente vivenciado, na consolidação e formação de diversos corredores de urbanização entre municípios

do interior do estado, criação de centralidades em função de novos pólos econômicos e nova territorialidade, devido à presença dos grandes projetos regionais mencionados (COSTA, 2010). Tem mostrado, também, a espacialização (funcional) do processo, justificando, em diversas escalas, a configuração do território, sob demanda, inclusive, de novo estudo de regionalização²

3. Contribuições internacional e nacional ao debate

Na atualização dos conhecimentos sobre a urbanização e desconstrução de conceito sobre dispersão urbana, autores estrangeiros e nacionais foram em busca de compreensão desses fenômenos. A partir dos anos 2000, algumas coletâneas de textos se destacaram, sendo publicadas sob a direção de diferentes pesquisadores. Dentre estas destacam-se as organizadas por DUBOIS-TAINE (2002), RAMOS (2004) e as publicações levadas a bom termo por REIS (2006), e REIS e TANAKA (2006 a 2009).

Este conjunto trouxe à discussão a evolução da ocupação dos territórios, as mudanças ocorridas na exposição de dados, nestes tempos de mundialização da economia. No cotidiano municipal, aí entendido suas porções urbanas e rurais, houve assimilação de modos de vida urbana e metropolitana. Mas continuam as demandas por parte de certos segmentos da sociedade por proximidade com a natureza, sob o efeito de emergentes poli-nucleações sobre o território, entre outros, na compreensão de DUBOIS-TAINE em “Ville emergente” (2002).

De Barcelona, a contribuição de Ángel Martín Ramos, (2004) com o livro “Lo Urbano”, mostra claramente que as manifestações do mundo urbano na atualidade exigem novas interpretações, a par da ocorrência da desatualização rápida de teorias, conceitos e normativas, como síntese da reflexão efetivada por vinte autores contemporâneos, cujos textos foram recolhidos de diferentes fontes secundárias, a maior parte escrita no decorrer dos anos 1990, e alguns deles produzidos mesmo neste século XXI. Estes autores vêm de diferentes origens, e contam com formações e experiências profissionais calcadas nas realidades de seus países, na tentativa de uma aproximação com a complexidade teórica exigida para o trato das questões, segundo distintas abordagens e perspectivas.

2. Tendo como referência as microrregiões de governo fluminenses, ver SARAÇA, C.; RAHY, I. S.; SANTOS, M. A.; COSTA, M. B. e PERES, W.R. “A propósito de uma nova regionalização para o Estado do Rio de Janeiro”. Revista de Economia Fluminense Nº 6. Fundação CIDE, julho de 2007, p 18-27.

Numa breve sistematização dos trabalhos, pode-se situar em grandes linhas os conteúdos dos discursos, em disposição cronológica, indicando um caminho para a teoria urbanística, e sobre a urbanização do tempo presente, evidenciando autores que consideram esta última fase da urbanização sob as seguintes óticas:

- Um grupo de autores a entrevê na evolução das sociedades, ao associar o processo da dispersão urbana a partir de uma perspectiva global, encarando-a como resultado da cultura e dos meios (Weber, Choay, Secchi e Hall);
- Um segundo grupo congrega autores que se dedicam a observar as características dos fenômenos, descobrindo-o pelo que ele apresenta de novo (Harvey, Sassen, Indovina e Koolhaas);
- Um outro grupo reúne autores que se identificam pela adoção de referências predominantemente relacionadas com as formas urbanas atinentes ao fenômeno, em seu desenvolvimento (visão morfológica ou em seu fundamento social em relação ao urbano). São eles: (a) os norte americanos, sob perspectiva mais abertas, por isto mesmo menos precisas (Fishman, Marcuse e Soya), e (b) os europeus, sob um horizonte mais integrado (Dematteis, Portas e M. de Solà-Morales).
- O último grupo de autores fixa no fator humano o motivo das diferenças no urbano na atualidade, ao filtrar e dimensionar o entendimento do objeto, segundo Ramos (Corboz, Sennett, Gandelsonas, Pavia, Spivak e I. de Solà-Morales).

No Brasil, contribuição sistemática para a temática tem sido trabalhada por Nestor Goulart Reis e, ainda, pela edição organizada e compartilhada por REIS e Marta Soban Tanaka (2006) ao trabalharem a “Dispersão Urbana. Diálogo sobre pesquisas Brasil-Europa”, em que são apresentadas, por diversos autores, as questões atuais da urbanização no país e exterior, com aportes teóricos e empíricos, discussões sobre o modo de atuar em processos de mudança, no meio da diversidade de culturas e da abrangência da condição de urbano, na busca da forma eficiente de intervir, na formulação de proposições de caráter institucional e operacional, e com instrumentos técnicos adequados ao estágio da urbanização e ao surgimento de novas formas de tecido urbano.

Dos seminários promovidos pelo LAP/FAUUSP, entre 2006 e 2007, pode-se extrair que, entre muitas outras, as principais questões suscitadas pelos profissionais participantes, e que são as seguintes:

- De Álvaro Domingues (Portugal), ao fazer aflorar o desencontro atual entre teoria e prática em termos das recentes características da urbanização (dispersa) e a dificuldade em explicar as formas emergentes de organização urbana: multiplicidade, fluidez e ineditismo das configurações, a diversidade nas escalas de ocorrência e análise, a inadequação das instituições para lidar com as novas situações da urbanização, a tensão entre políticas setoriais e as demais, como as políticas urbanas, que são também territoriais, além da desagregação das mesmas políticas setoriais, dificultando encontrar arcabouços administrativos próprios à rapidez de mudanças, além de críticas feitas às formas de organização do cotidiano nas áreas de dispersão.
- Para Nuno Portas (Portugal) aparecem: as rupturas dos limites das cidades e metrópoles entre 1950 e 1970, e a imprevisibilidade dos limites físicos territoriais, a situação centro-periferia lembrada ainda no âmbito dos sistemas contínuos, embora alguns já mencionem cidade-região, o crescimento das cidades médias e dos espaços intermediários que passam a acolher novos distritos industriais (a resposta foi de colocar as cidades em rede, dando forma aos arquipélagos e nebulosas). Fala, ainda, do planejamento tradicional e sua dificuldade de apresentar agilidade para se adaptar, quando são valorizados os centros e não as periferias, ou explorar as relações entre as escalas macro e micro, ao perceber ou comunicar suas dimensões, bem como sentir as controvérsias e necessidade de mudança dos instrumentos disciplinares de intervenção, com o destaque do potencial representado pelos vazios urbanos, no sentido de articular as áreas urbanizadas, relacionados conforme natureza ecológica ambiental e desenho paisagístico.
- Da Espanha, é Antonio Font quem critica a rejeição radical em relação às mudanças em curso (cidade dispersa em oposição à cidade compacta). Ele destaca a oposição entre duas lógicas: a da racionalidade privada e a dos interesses coletivos. Associa a dispersão à (recente) desregulamentação do planejamento e à fragmentação administrativa, com a ausência de políticas e de planejamento territorial, aponta para a importância das políticas públicas dos programas habitacionais e da infra-estrutura viária (EAU e Europa) para as primeiras etapas desse tipo de urbanização (dispersão no pós-guerra).
- A Itália, representada por Bernardo Secchi (Itália), tem em seus estudos o destaque das rupturas e descontinuidades, através da passagem da cidade

moderna (do Renascimento à 2ª Guerra Mundial) - com seus espaços públicos e privados, abertos e edificados - à cidade contemporânea, sem referências estáveis, ocorrendo em período de profunda crise de paradigmas científicos (década de 1980), trazendo o aparecimento e a mitificação de novas figuras da desordem, do ecletismo, da incerteza. Chama a atenção para as mudanças nas relações entre o projeto e o devir das cidades, em função das dificuldades encontradas no plano do conhecimento e do diagnóstico, o que recai sobre a impossibilidade da proposição e do projeto.

Para a análise da cidade contemporânea, ele aponta 4 problemas principais, com suas ambigüidades que impedem soluções. E considera as seguintes emergências:

- Crescente importância do sujeito, contrastando com os estilos de vida imaginários, induzidos pela mídia;
- Fenômenos simultâneos de concentração e dispersão;
- Cotidiano da progressiva democratização do espaço (enquanto oportunidade para invenção de novas práticas ou de novos modelos de desenvolvimento);
- Divisão de trabalho, decompondo e desconstruindo os lugares de sociabilidade (especializados e transformados em ilhas).

O autor apóia-se nos resultados do trabalho realizado sobre 13 cidades europeias.³

- Da Alemanha veio a palavra de Thomas Sieverts, que caracteriza o momento atual de seu país como de população não crescente, passando por processo de envelhecimento. Pensa que o planejamento já não se vincula ao crescimento e sim às transformações dos espaços edificados. Vê confirmada a extensão das áreas urbanas em função da riqueza da industrialização anterior, investida em sistema de mobilidade, com automóveis e segundas residências.

Para este autor, são pontos a considerar: o aparecimento da cidade difusa, das cidades sem limites (na Alemanha atingindo um total de 2/3 de sua população, em contraposição aos padrões tradicionais históricos da urbanização, mantidos apenas em 1/3 do total desta mesma população). Dá como características gerais do novo tecido urbano: ser decorrente dos novos sistemas urbanos de plantas industriais e apoiar-se em centros de distribuição, tendo áreas residenciais de baixa densidade, entre outras.

3. Este trabalho contou também com a participação de Portas e Indovina. Nele é proposta uma tipologia das formas de expansão das cidades, mono e poli-nucleadas, no aprofundamento de estudos sobre a Região Metropolitana de Barcelona.

Não se esquece de confirmar a forma típica e fragmentada de ampliar perímetros e espaços abertos e, de ao mesmo tempo, possibilitar o acesso aos serviços. Assim como considera o momento no bojo de uma nova fronteira para o empresariado testar inovações e desenvolvimento da própria estética. Constata a dificuldade do planejamento urbano se adaptar às solicitações regionais, uma vez que, em seu país, este sempre se vinculou à escala municipal, com sua articulação política ocorrendo neste nível, informando que na Alemanha há formas de organização *soft* (sic)⁴.

Para a Europa Central, SIEVERTS aponta 3 desafios atuais: a diminuição do número de habitantes, a forte competição econômica internacional, que faz com que as regiões mobilizem suas qualidades insuspeitadas, transformando-se em verdadeiras cidades regionais e, por fim, computa no processo a crise do Estado do Bem Estar Social transformado em um novo tipo de Estado, em busca de qualificação no plano econômico (da política neoliberal). Para ele, o planejamento assume um papel mais frágil, sobretudo devido à intensa competição no mercado internacional e o desemprego, mais por ter sido pensado para uma situação de crescimento demográfico, que não existe na Europa Central. Novas formas de planejamento e gestão regional devem ser exigidas.

- No Brasil, Nestor Goulart Reis considera o processo de urbanização desde o século XX e primeira do XXI, com mudanças mais visíveis após o período 1980-1990, especialmente a partir da observação do sistema urbano do estado de São Paulo. Analisa áreas metropolitanas e suas faixas envoltórias, seja para São Paulo, Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba. Evidencia aspectos mais recentes da dispersão urbana, com as práticas conduzindo a análises em duas escalas: regional e intra-urbana.

Apresenta como há dinâmica radical na formação dessas novas formas de aglomeração e de gestão dos espaços, independentemente de suas respectivas jurisdições, divisões administrativas, políticas. Identifica o fenômeno sob as óticas européia e norte americana, dando ênfase aos autores europeus, com suas definições

4. Refere-se a sistemas de organização não impositivos, criados para estimular investimentos, cujos projetos são objetos de concursos e exposições.

sobre as características e alterações do processo de urbanização, difundidas sob diferentes conotações, tais como, urbanização dispersa, dispersão urbana, cidade difusa, metrópole extensiva, e outras em construção, em distintas épocas, realidades, nacionalidades.

O autor destaca que o fenômeno é alimentado sobretudo pelo grande capital financeiro privado, com empreendimentos em áreas residenciais, industriais, de lazer, comércio e serviços, entre outras, gerando centralidades. Ressalta o fato de como ele é viabilizado pela ação de atores sociais, na reorganização produtiva da nova etapa de evolução do capitalismo, de setores mais dinâmicos do mercado imobiliário, que tentam impor sua lógica de desenvolvimento, mais oportunista. Critica os modelos adotados nos projetos arquitetônicos, de influência norte-americana, constatando novos padrões e formas de produção dos projetos de escritórios, e a obsolescência dos padrões correntes de controle do Estado (em todos os seus níveis). Aponta essa nova modalidade de urbanismo - que altera valores, visões, modos de vida - na difícil explicitação de um fenômeno mal percebido pelos cidadãos, com implicações e consequências sobre seus cotidianos, interferindo segundo diferentes naturezas e dimensões, escalas de vivência, paisagens e meio ambiente, sob compartimentações e segregações generalizadas, marcadas pela exclusividade de certos extratos sociais.

4. Considerações Finais

A fragmentação associada à nova ordem, de unificação de economias e de populações, atinge visivelmente a produção do espaço em diversas escalas territoriais. O olhar sobre a região como entidade autônoma ficou para trás, com os espaços se transformando de forma cada vez mais intensa e veloz e, desde meados do século passado, nos termos do contexto considerado, mediante uma crescente internacionalização da economia capitalista, com total interdependência das diferentes economias nacionais e uma nova divisão internacional do trabalho (CASTELLS, apud SANTOS, 1994, p. 46). O mundo passa a se organizar para atender às necessidades da nova maneira de produzir, já se posicionando, naquele momento, por cima das especificidades das regiões, países, culturas etc. (SANTOS, 1994). Intensificam-se,

então, as trocas sobre os espaços, tornando-os mais vulneráveis às influências externas.

Na atualidade, esses rebatimentos prosseguem nas regiões, onde quer que se encontrem, que passam a funcionar bastante voltada para a economia mundial, sob maior ou menor intermediação do estado, e dos demais agentes. É nas regiões e em seus arranjos possíveis, em constante movimento, que transparecem as diversas versões dessa mundialização.

Os depoimentos dos teóricos que se aprofundam em estudos concernentes às transformações do território, no caso do urbano, da urbanização e da dispersão urbana demonstram a variedade de possibilidades dessas configurações sobre o espaço, mantidas múltiplas relações – sociais, econômicas, de trabalho – revelando uma dinâmica que envolve qualidade de vida e de consumo, ainda pouco avaliados.

Neste sentido, os fenômenos urbanos estudados pelos diferentes autores mencionados têm sido vistos sob amplo espectro, ora como fruto proveniente da cultura e dos fatores que os alimentam, ora como inovações, ora ainda a partir de uma visão morfológica em relação ao urbano, e em perspectiva histórica e, finalmente, apontando condições e condicionamentos do ser humano, enquanto depositário da diversidade e desigualdades portadas pelos extratos sociais.

Também os instrumentos normativos - que se já não eram produzidos, aprovados ou regulamentados em ritmo compatível para fazer face aos acontecimentos, no Brasil - estes seguem descolados da surpreendente emergência dos novos fenômenos urbanos, o que deixa uma lacuna em relação à função de lhe dá respaldo, agravado ainda mais pela falta de fundamentação teórico-conceitual requerida.

O quadro apresentado pela dispersão urbana há tempos não pode mais ser somente encarado como mais uma simples forma de expansão urbana, e sim como um processo que se acelera de maneira determinante e descontrolada no curso da reestruturação do território. O exemplo do Estado do Rio de Janeiro demonstra a crescente, constante e diversificada influência de capitais exógenos ou nas associações estatais com a iniciativa privada, em que urge a congregação de novos esforços em termos da concertação a ser exercida pelo poder público.

Em torno do entendimento desses processos giram inesperadas propostas de configuração territorial, com tudo que esta significa em relação ao espaço,

pressupondo o abrigo de seus elementos naturais e artificiais ou construídos pelo homem, que vão de visíveis a previsíveis, de detectáveis a inimagináveis. A condição urbana é, via de regra, relegada a um segundo plano pelas instâncias de poder . E no âmbito mais geral, bem pouco reconhecida e divulgada, inclusive pela mídia, distante da compreensão e do acatamento que merecem por parte da sociedade, em face de sua real dimensão.

Bibliografia

- . ABRAMO, Pedro (Org.). **Cidades em transformação, entre o Plano e o Mercado**. IPPUR: Observatório Imobiliário e de Políticas do Solo Urbano, 2001.
- . BURGEL, Guy. **La Ville Aujourd' hui**. Paris: Hachette, 1993.
- . CARDOSO, Adauto Lucio e RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dualização e Reestruturação Urbana - O caso do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPPUR: FASE, 1996.
- . CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora EDUSP, 1974.
- . GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Rio de Janeiro em Dados**. CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-. CIDE, 2005.
- _____. "Dados de Referência do Rio de Janeiro". **Cadernos CIDE**, jan./2005.
- . CHOAY, Françoise. "O reino do urbano e a morte da cidade". In **Projeto História, São Paulo**, No. 18, maio/1999, p 67-89.
- . COSTA, Heloisa S. de M. e MONTE-MOR, R. L. de. "Expansão metropolitana, dispersão urbana e condomínios horizontais na região Metropolitana de Belo Horizonte". In REIS, Nestor Goulart e TANAKA, Marta Soban (coords.). **Brasil. Estudos sobre dispersão urbana**. São Paulo: FAU USP, 2007, p. 139-163.
- . COSTA, Maria de Lourdes P.M. "Configurações Territoriais do Estado do Rio de Janeiro sob a Intervenção do Poder Público e da Iniciativa Privada no Pós-1988". **Relatório de Pesquisa**. Niterói: UFF/FAPERJ, 2007.
- . _____. "Gestão Urbana e Patrimônio Construído". **Relatório de Pesquisa**. Niterói: UFF/FAPERJ, 2005.
- . _____. "A Urbanização em Municípios Fluminenses. Sua mediação na configuração territorial, mobilidade e gestão urbana". **Relatório Final de Atividades de Pesquisa de Pós-doutorado**. FAU USP, 2009
- . DELGADO, J. P. M. **Gestão e monitoração da relação entre transporte e uso do solo urbano. Aplicação para a cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2002 (Tese de Doutorado).
- . DOMINGUES, Álvaro. "Urbanização difusa em Portugal". In REIS, Nestor Goulart; PORTAS, Nuno e TANAKA, Marta Soban (coords.). **Dispersão Urbana. Diálogos sobre pesquisas Brasil – Europa**. São Paulo: FAU USP, 2007, p. 215-243.
- . DUBOIS-TAINE, Geneviève. **La ville emergente**. Paris : Ministère de l'Équipement des Transports du Logement du Tourisme et de la Mer e Plan Urbanisme Construction et Architecture, 2002.
- . FUNDAÇÃO IBGE. **Censos demográficos**. Rio de Janeiro: IBGE 2000.
- . HAESBAERT, Rogério. "Concepções de território para entender a desterritorialização". In **SANTOS, Milton e al. Território, territórios. Ensaio sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DPAA, 2005 (2ª. ed.). p. 43-70.
- . HALL, P. "A cidade à beira da auto-estrada: o subúrbio do automóvel: Long Island, Wisconsin, Los Angeles, Paris (1920-1987)". In: **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- . HARVEY, David. **A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- . INDOVINA, Francesco. "La ciudad difusa". In **RAMOS, Angel Martin. Lo Urbano**. Barcelona: Edicions UPC e ETSAB, 2004, p. 49-59.
- . LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Editions Anthropos, 1974.

- . MONCLUS, Francisco Javier (ed.). **La ciudad dispersa**. Barcelona: Centre de Cultura Contemporànea de Barcelona, 1998.
- . OLIVEIRA, Floriano J. G. **Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense** (Tese de doutoramento). São Paulo, FFLCH/Departamento de Geografia/USP, 2003.
- . PORTAS, Nuno. “Das estratégias de cidade ao projeto urbano”. **Seminário do Curso de Mestrado em Urbanismo**. PROURB/FAUUFRRJ, 1999.
- . RAMOS, Angel Martin. **Lo Urbano**. Barcelona: Edicions UPC e ETSAB, 2004.
- . REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre Urbanização Dispersa e Novas Formas de Tecido Urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.
- . REIS, Nestor Goulart; PORTAS, Nuno e TANAKA, Marta Soban (coords.). **Dispersão Urbana. Diálogos sobre pesquisas Brasil – Europa**. São Paulo: FAU USP, 2007.
- . REIS, Nestor Goulart e TANAKA, Marta Soban (coords.). **Brasil. Estudos sobre dispersão urbana**. São Paulo: FAU USP, 2007.
- . RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **O Futuro das Metrôpoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Ed. Revan; FASE, 2000.
- . SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2009 (5ª. Ed.)
- . _____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- . _____. **Pensando o Espaço do Homem**. EDUSP, 2004 (5ª. Ed.)
- . SARAÇA, C.; RAHY, I. S.; SANTOS, M. A.; COSTA, M. B. e PERES, W.R. “A propósito de uma nova regionalização para o Estado do Rio de Janeiro”. **Revista de Economia Fluminense** Nº 6. Fundação CIDE, julho de 2007, p 18-27.
- . SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998, 190p.
- . SOLÀ-MORALES, Manuel de. “Espaços Públicos e Espaços Coletivos”. In **Reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. Editora Terceiro Nome, 2001, pp 101-107.
- . SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrôpoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- . VAINER, Carlos B. “Regionalismos: anacronismo e pós-modernidade”. In: GONÇALVES, Maria Flora (org.). **O novo Brasil urbano: impasse, dilemas e perspectivas**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1993, pp. 163-183.
- . VALLADARES, Lícia do Prado e PRETECEILLE, Edmond. **Reestruturação Urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1990.
- . VILLAÇA, Flávio. “Um ângulo de síntese: a análise do espaço”. In GONÇALVES, M. Flora; BRANDÃO, C. A e GALVÃO, A. C. Figueira (Orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003. p. 711-715.